



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MERIDIANO**

## **PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA**

### **Projeto de Lei Ordinário nº 27/2025**

**Autor:** Vereador Cleomar Faria Gonçalves

**Assunto:** Institui o projeto “Nasce uma criança, planta-se uma árvore” no Município de Meridiano e dá outras providências.

**DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.  
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. PARECER JURÍDICO.  
PROJETO DE LEI MUNICIPAL. INCENTIVO AMBIENTAL  
COM PARTICIPAÇÃO POPULAR. REGULARIDADE  
FORMAL E MATERIAL. COMPETÊNCIA COMUM.  
PROCESSO LEGISLATIVO. OPINO PELO  
PROSSEGUIMENTO. LEGALIDADE. REGIMENTALIDADE.  
CONSTITUCIONALIDADE..**

### **I- DO RELATÓRIO**

O projeto de lei ordinária em análise sob nº 27/2025, de autoria do Vereador Cleomar Faria Gonçalves, tem como escopo: “instituir o projeto Nasce uma criança, planta-se uma árvore”.

Quanto ao processo legislativo, à matéria foi protocolada no dia **9/06/2025**, até o momento não foi lida em expediente.

Ainda não há pareceres das comissões permanentes até a data deste parecer.

Instruem o projeto, no que interessa:

(i) **Minuta do Projeto de Lei Ordinário nº 27/2025**

(ii) **Justificativa**

Inicialmente deve ser salientado que ainda nesta Casa não há controle de fluxo de entrada e remessa de expedientes ou norma regulamentadora de fluxo, prazos, e qual o momento oportuno do parecer da procuradoria jurídica. Seja antes do envio do projeto para a análise das Comissões, seja depois da análise das comissões com o devido encaminhamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MERIDIANO**

A procuradoria, quando possível, emite seu parecer antes da reunião das comissões. Caso necessário e solicitado é possível o reenvio para novo parecer diante da pertinência verificada pela secretaria em comento e autonomia da procuradoria, enquanto não normatizado os devidos trâmites desta e a legislação que cria o órgão e a carreira de procurador.

Recebido o projeto de lei e remetido a esta procuradoria para emanar parecer, o qual, salienta-se, consiste em parecer de caráter **não vinculante e apenas opinativo** sobre os fundamentos jurídicos e legais sobre o tema.

É o relatório.

## **II-FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente em caráter meramente informativo e para elucidação da leitura do parecer em questão será a presente fundamentação dividida em cinco partes: **I-** Análise da competência da iniciativa da matéria; **II-** Análise do histórico da matéria; **III-** Análise da viabilidade jurídica, legal e constitucional da matéria; **IV-** Da Juridicidade e da Legalidade e **V-** Técnica Legislativa.

### **I- DA ANÁLISE DA COMPETÊNCIA DA INICIATIVA DA MATÉRIA**

Sob o prisma da constitucionalidade e legalidade, não há quaisquer obstáculos a serem invocados, eis que o Projeto de Lei em epígrafe trata de matéria de competência legislativa, conforme artigos 10, VI e 34, III da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 10** - Ao Município compete a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

**I.** legislar sobre assuntos de interesse local;

**II.** suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

**III.** elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

**IV.** criar, organizar e suprimir Distritos, observando a legislação estadual;

**V.** manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

**VI.** elaborar o orçamento anual, o Plano Plurianual e diretrizes orçamentárias;

Constatada a competência da iniciativa da matéria do Poder Executivo, verifica-se pela exegese das regras constitucionais, estando o projeto, neste aspecto, em sintonia com a Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Passa-se, então, à análise dos demais requisitos formais atinentes ao processo legislativo, em especial, o regime inicial da tramitação da matéria, o processo de votação a ser utilizado e o quórum para sua aprovação.

O regime inicial de tramitação é o ordinária. A deliberação acerca deste Projeto de Lei deve ser realizado pela CJR<sup>1</sup> e CESAS<sup>2</sup>.

O processo de votação é o simbólico (artigo 197, I e §1º ambos do RI).

O quórum de aprovação é maioria simples (art. 193, I e §2º do RI).

## **II- ANÁLISE DO HISTÓRICO DA MATÉRIA**

Nesse ponto o parecer encontra-se prejudicado, pois a análise do aspecto histórico da matéria não oportuniza viabilidade ou enseja análise jurídica pelo objeto principal em discussão deste parecer.

## **III- ANÁLISE DA VIABILIDADE JURÍDICA, LEGAL E CONSTITUCIONAL DA MATÉRIA**

A constitucionalidade material é a compatibilidade entre o conteúdo do ato normativo e as regras e princípios previstos na Constituição Federal ou na Constituição Estadual. No caso em tela, não se vislumbra violação aos textos das Constituições Federal ou Estadual.

Já no tocante à vigência da lei, o projeto de lei em apreço não visa a alcançar situações jurídicas pretéritas, uma vez que há previsão de entrar em vigor na data de sua publicação (art. 8º da Lei Complementar nº95/98<sup>3</sup>).

## **IV - DA JURIDICIDADE E DA LEGALIDADE**

Analisando o ordenamento jurídico e as decisões dos Tribunais Superiores, não há obstáculo ao conteúdo ou na forma do projeto de lei em epígrafe.

---

<sup>1</sup> Comissão Justiça e Redação - <https://sapl.meridiano.sp.leg.br/comissao/1>

<sup>2</sup> Comissão de Fiscalização do Orçamento e das Políticas Públicas -  
<https://sapl.meridiano.sp.leg.br/comissao/6/composicao>

<sup>3</sup> Lei complementar nº95/98 - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm)



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MERIDIANO**

Da mesma forma, a tramitação do projeto, até o presente momento, respeita as demais formalidades previstas no Regimento Interno.

A matéria é de competência comum entre Município e Estado, sendo a competência também da Câmara municipal.

Não há de se falar de geração de gastos para o município, visto que o legislativo não possui impedimento de criar leis que gerem gastos, situação pacífica perante os tribunais superiores e também pela Constituição Federal.

Cita-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE nº 878.911/RJ, que originou o Tema 917, decidiu, em sede de Repercussão Geral: “não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trate da sua estrutura, da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos” (artigo 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e” da Constituição Federal).

Conquanto não há gastos, despesas, pois conforme o próprio projeto estará subsidiado por parcerias entre ONGs, empresas privadas e demais.

## **V - TÉCNICA LEGISLATIVA**

Nesse ponto, o Projeto de Lei Ordinário nº 27/2025 também encontra amparo legal, eis que elaborado de acordo com os procedimentos e normas redacionais específicas (Lei Complementar Federal nº 95/98), que regem a redação dos atos normativos.

## **CONCLUSÃO**

Diante de todo, o presente projeto de lei atende os pressupostos legais, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto, para sua tramitação a ser enviado as Comissões Permanentes citadas para a manifestação pertinente e, posteriormente, caso seja oportuno, para sua deliberação em plenário, ressalvada a autonomia delas em emanar parecer contrário.

É o parecer, *sub censura, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.*

Meridiano-SP, 13 de junho de 2025.

**CAIO VINÍCIUS CAETANO VELHO**  
**PROCURADOR JURÍDICO**  
OAB/SP 440.312